

POLÍTICAS PÚBLICAS E PSICOLOGIA: INTERSECCIONALIDADE, CRISE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-173>

Data de submissão: 15/03/2025

Data de publicação: 15/04/2025

Alberto Abad

Doutor

UFJF

E-mail: alberto.abad@ich.ufjf.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7748-6008>

Luís Antônio Monteiro Campos

Doutor

UCP e PUC-RIO

E-mail: campox1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2707-5593>

Ana Lucia Mendes Teixeira

Doutora

UNIVERSO e UNESA

E-mail: analuciate@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8228-7882>

Diogo Bonioli Alves

Doutorando

UFRJ e UNIGAMA

E-mail: diogopsi@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9824-1811>

Gabrielle Espósito

Doutoranda

UNIVERSO

E-mail: psi.gesposito@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2196-5878>

Julia Bomfim

Mestra

UCP

E-mail: juliabomfim.nmt@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4351-7424>

José Carlos Tavares da Silva

Doutor

E-mail: prof.tavares@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8880-2988>

Thelma Mary Araujo de Oliveira

Mestra

UNESA e UNIGRANRIO

E-mail: thelmapsicologa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3754-3001>

RESUMO

O texto analisa a interseção entre políticas públicas e psicologia, utilizando o modelo bioecológico de Bronfenbrenner e o ciclo de políticas de Secchi para criticar estruturas de poder racializadas. Destaca o papel do SUS e dos CAPS como espaços de descolonização prática, confrontando o biopoder foucaultiano que individualiza culpas. Propõe uma agenda antirracista com formação descolonizada, fortalecimento do SUS e Justiça Restaurativa, articulando teoria e ação para enfrentar necropolítica e epistemicídio.

Palavras-chave: Modelo bioecológico. Políticas públicas. Interseccionalidade. Biopoder. SUS/CAPS. Descolonização.

1 INTRODUÇÃO

1.1 BASES TEÓRICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA

O modelo bioecológico de Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 1979, 1996; Bronfenbrenner & Morris, 2007) transcende uma mera teoria do desenvolvimento humano: configura-se como um mapa crítico para decifrar como indivíduos e coletividades negociam sua existência em sistemas entrelaçados de poder. Dos microssistemas — como famílias, escolas e redes comunitárias — aos macrossistemas — legislações, normas culturais e estruturas de dominação colonial —, a perspectiva bioecológica revela que o “desenvolvimento” não é um fenômeno isolado, mas uma teia de interações atravessada por hierarquias raciais, de gênero e classe. No Brasil, onde a maior parte da população se autodeclara preta ou parda (IBGE, 2023), essa lente expõe feridas históricas: o racismo estrutural não é um “dado” abstrato, mas um operador concreto que molda o acesso à saúde, à educação digna e à moradia. Mulheres negras, por exemplo, personificam essa interseccionalidade perversa: além de enfrentarem o sexism e o epistemicídio — destruição sistemática de saberes marginalizados, como práticas ancestrais de cura —, carregam o fardo da precarização laboral e da invisibilização (T. M. M. Abad & Abad, 2021). Políticas que ignoram essas interseccionalidades falham em promover equidade, reduzindo-se a ações fragmentadas e desarticuladas.

Para Souza (2007), as políticas públicas não são meros protocolos técnicos, mas o “governo em ação” — um processo vivo que reflete (e reproduz) as contradições sociais. Secchi (2014) radicaliza essa ideia ao propor um ciclo dinâmico de sete etapas interconectadas: da identificação do problema (quem define o que é um “problema público”?) à extinção de programas (quem decide quando uma política “morre”?). Essa abordagem não é linear, mas espiralada, exigindo diálogo permanente com as complexidades sociais, como as desigualdades raciais que estruturam o acesso a direitos (A. Abad, 2017). Nesse contexto, as Diretrizes da APA (A. Abad, 2022) para a prática psicológica em contextos diversos oferecem um eixo crucial para operacionalizar o ciclo de políticas de Secchi. A Diretriz 01 (2017), por exemplo, que enfatiza a interseccionalidade como produto de contextos sociais múltiplos, pode orientar a etapa de formulação de soluções, garantindo que políticas de saúde mental não tratem a “depressão” como fenômeno universal, mas como experiência mediada por raça, gênero e classe. Já a Diretriz 02 (2017), que exige que psicólogos confrontem seus próprios vieses categóricos, é vital na etapa de implementação, onde preconceitos institucionais podem distorcer programas bem-intencionados — como um CAPS que exclui práticas de cura tradicionais por considerá-las “não científicas”.

A psicologia, enquanto campo científico e prático, assume um papel central na construção de políticas públicas comprometidas com a justiça social e a equidade, o que exige uma ruptura com

paradigmas hegemônicos (reducionismo biomédico colonialismo científico etc), que historicamente invisibilizaram saberes tradicionais e naturalizaram hierarquias de poder.

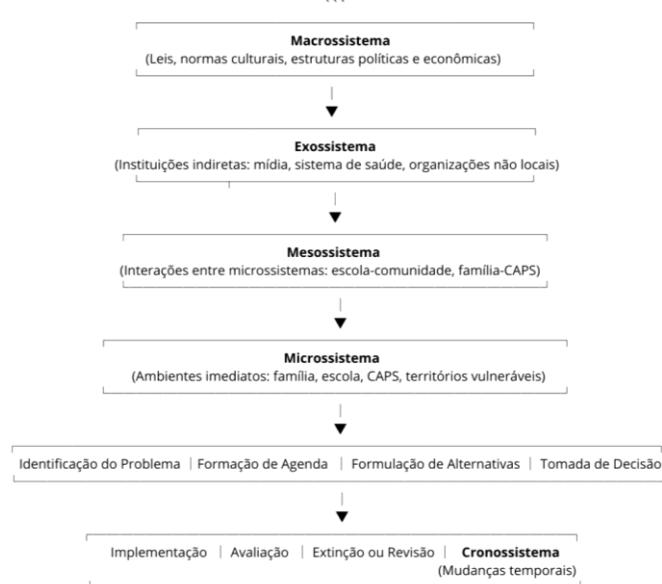
No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) — um dos maiores sistemas públicos do mundo — é um laboratório dessa tensão entre teoria e prática. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), por exemplo, só emergiram como alternativa aos manicômios graças à insurgência de movimentos sociais que denunciavam a psiquiatria como instrumento de controle de corpos indesejáveis. A psicologia, nesse cenário, não se limita a avaliar políticas: reinventa-as. Ao incorporar saberes territoriais — como a cura ancestral quilombola ou as rodas de conversa em periferias —, os CAPS ilustram como a bioecologia de Bronfenbrenner ganha carne e osso. Não se trata apenas de “adaptar” políticas, mas de descolonizá-las. Essa reinvenção desafia concretamente o biopoder foucaultiano: ao substituir protocolos verticalizados (que patologizam corpos periféricos) por práticas horizontais, os CAPS deslocam a lógica de controle estatal para uma governança comunitária, transformando a política pública em espaço de disputa por narrativas e direitos.

Secchi (2014), ao defender políticas como processos adaptativos, lembra que a ciclicidade não é neutra: cada etapa do ciclo carrega disputas de poder. Quando movimentos antirracistas pressionam pela formação da agenda, exigindo que o genocídio negro seja tratado como crise de saúde pública, estão reescrevendo as regras do jogo. A psicologia, aqui, é coautora: ao traduzir demandas de rua em indicadores de saúde mental (como o impacto do racismo na depressão de jovens negros), ela transforma dados em armas políticas.

2 A DINÂMICA BIOECOLÓGICA NO CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A integração entre o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1979; Bronfenbrenner & Morris, 2007) e o ciclo de políticas públicas de Secchi (2014) revela uma arquitetura complexa de interações entre sistemas sociais e processos decisórios. Cada nível do modelo bioecológico — do microssistema ao macrossistema — atua como um campo de forças que molda e é moldado pelas etapas do ciclo político (figura 1).

Figura 1 - integração entre o modelo bioecológico de Bronfenbrenner e o ciclo de políticas públicas de Secchi (2014)



3 MICROSSISTEMA E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS

Nos microssistemas — ambientes imediatos como famílias, escolas e territórios vulneráveis —, a implementação de políticas ganha materialidade. Por exemplo, os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) operam nessa camada, mediando a relação entre usuários e protocolos de saúde mental. Quando uma política é implementada sem diálogo com as dinâmicas locais (ex.: horários noturnos incompatíveis com a rotina de trabalhadores informais), ela falha em seu propósito, evidenciando a necessidade de adaptação contínua — princípio central de Secchi.

3.1 MESOSSISTEMA: ARTICULAÇÃO ENTRE ATORES

O mesossistema — interações entre microssistemas, como a relação família-CAPS ou escola-comunidade — é onde se negociam contradições. A etapa de avaliação do ciclo de políticas, por exemplo, depende dessa articulação: um programa de saúde mental só será efetivo se agentes comunitários, profissionais de psicologia e usuários colaborarem para identificar lacunas. A ausência dessa sinergia explica por que políticas universalistas, como o SUS, muitas vezes esbarram em realidades locais fragmentadas.

3.2 EXOSSISTEMA: INSTITUIÇÕES E PODER ESTRUTURAL

O exossistema — instituições indiretas, como a mídia ou o sistema de saúde — influencia a formação da agenda. Por exemplo, a cobertura midiática sobre violência policial pode pressionar governos a incluir o "genocídio negro" como pauta de saúde pública. No entanto, essas instituições

também reproduzem hierarquias: quando a mídia criminaliza territórios periféricos, reforça estereótipos que distorcem a etapa de identificação do problema, priorizando "segurança" sobre "direitos humanos".

3.3 MACROSSISTEMA: NORMAS E COLONIALIDADE

O macrossistema — leis, normas culturais e estruturas econômicas — define os limites do possível. Na etapa de tomada de decisão, por exemplo, políticas antirracistas esbarram em um ordenamento jurídico que, historicamente, naturalizou a desigualdade. A Lei 10.639/03 (que inclui história afro-brasileira no currículo escolar) só surgiu após décadas de pressão de movimentos negros, ilustrando como o macrossistema resiste a mudanças até que crises o desestabilizem.

3.4 CRONOSSISTEMA: TEMPORALIDADE E REVISÃO

O cronossistema — mudanças ao longo do tempo — é crítico para a etapa de extinção ou revisão de políticas. Programas criados nos anos 1990, como os primeiros CAPS, precisaram ser reestruturados para incorporar demandas contemporâneas (ex.: identidades trans e saúde mental). A persistência do racismo estrutural, porém, mostra que algumas revisões são superficiais: políticas morrem no papel, mas suas estruturas de opressão permanecem.

4 DESAFIOS NA INTERSEÇÃO TEORIA-PRÁTICA

A psicologia, nesse cenário, opera como mediadora bioecológica: ao traduzir sofrimentos individuais (microssistema) em demandas coletivas (macrossistema), ela desafia a lógica fragmentada do ciclo de políticas. Quando um psicólogo em um CAPS utiliza rodas de conversa para vincular depressão a racismo estrutural, está não apenas implementando uma política, mas reescrevendo suas diretrizes em tempo real. Essa fluidez, porém, esbarra em resistências: o exossistema (ex.: indústria farmacêutica) lucra com a medicalização da vida, opondo-se à práticas descolonizadoras.

Este entrelaçamento entre sistemas e ciclos revela que políticas públicas eficazes exigem mais que técnicos competentes: demandam vigilância epistêmica para desnaturalizar hierarquias e coragem política para transformar microssistemas em trincheiras de justiça social.

5 A PSICOLOGIA NA ENCRUZILHADA ENTRE CULPA INDIVIDUAL E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Foucault (1987) não descreveu o biopoder como mera teoria: expôs um algoritmo de dominação que transforma violências estruturais em dramas individuais. O modelo bioecológico ajuda

a desvendar essa operação: os macrossistemas (como a mídia e as políticas neoliberais) produzem narrativas que atribuem a pobreza à “falta de esforço” ou a obesidade a “escolhas ruins”, ignorando desertos alimentares — áreas urbanas com escasso acesso a alimentos frescos, dominadas por ultraprocessados — e a desigualdade no acesso a informações nutricionais. Imagine uma campanha pública contra a obesidade que culpabiliza uma mãe solteira de uma favela por “escolhas alimentares ruins”, enquanto ignora que seu bairro tem mais propagandas de refrigerante que feiras livres: é aí que o biopoder opera, convertendo desigualdades em fracassos pessoais. Um exemplo flagrante é a gestão pública da saúde: campanhas contra a obesidade, por exemplo, culpabilizam indivíduos por “escolhas alimentares inadequadas”, enquanto ignoram desertos alimentares em periferias (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 2020) e a indústria de ultraprocessados que domina territórios pobres. A psicologia, enquanto campo científico e prático, assume um papel central na construção de políticas públicas comprometidas com a justiça social e a equidade — o que exige uma ruptura com paradigmas hegemônicos, como o reducionismo biomédico e o colonialismo científico, que historicamente invisibilizaram saberes tradicionais e naturalizaram hierarquias de poder.

Foucault (1987) ressalta, porém, que esse jogo é mais sutil: o biopoder não só controla corpos, mas fabrica verdades. Quando parteiras tradicionais são substituídas por protocolos hospitalares que desprezam saberes ancestrais, não se trata apenas de uma mudança técnica — é epistemicídio em escala industrial. A psicologia, ao reinventar políticas como os CAPS, confronta essa dinâmica ao legitimar saberes subalternizados. Em vez de reduzir o sofrimento psíquico a diagnósticos individuais, os CAPS promovem rodas de conversa onde a comunidade identifica causas estruturais (ex.: racismo, desemprego), desafiando a medicalização da vida e reposicionando a política pública como ferramenta de justiça epistêmica.

6 PROPOSTAS PARA UMA AGENDA TRANSFORMADORA: DESCOLONIZANDO PRÁTICAS E DESAFIANDO ESTRUTURAS

As bases teóricas discutidas — do modelo bioecológico de Bronfenbrenner à crítica foucaultiana do biopoder — exigem ações concretas que confrontem a colonialidade do poder e a necropolítica. Abaixo, propostas para uma agenda transformadora, articulando teoria, política e justiça social:

6.1 FORMAÇÃO ANTIRRACISTA: DESCOLONIZAÇÃO DO SABER E PRÁTICA

A educação é um macrossistema que reproduz ou desafia hierarquias. Para romper com a lógica colonial, propõe-se:

- Inserção de autores como Lélia Gonzalez (2020) e Bell Hooks (2000) em 40% das bibliografias de cursos de psicologia e políticas públicas;
- Exemplo: Substituir disciplinas como "Psicologia Clínica Tradicional" por "Saúde Mental e Interseccionalidade", usando obras como Feminismo Negro (Gonzalez).
- Parcerias com universidades africanas para intercâmbio de saberes:
- Criar programas de coorientação de pesquisas sobre saúde mental com universidades de Angola e Moçambique, priorizando temas como curas ancestrais e impactos do colonialismo na subjetividade.

6.2 FORTALECIMENTO DO SUS E SUAS: DO DISCURSO À MATERIALIDADE

O SUS, como exossistema, reflete a tensão entre universalidade e racismo estrutural. Para transformá-lo:

- Estabilidade profissional com piso salarial para psicólogos do SUS/SUAS e planos de carreira com promoção por formação antirracista;
- Vincular progressão funcional à certificação em cursos como "Racismo e Saúde Mental" (carga horária mínima de 120h).
- Protocolos intersetoriais em 100% dos CAPS até 2027;
- Integrar agentes de saúde, assistentes sociais e lideranças comunitárias em fluxos de atendimento, com foco em territórios vulneráveis.

6.3 ENFRENTAMENTO DA NECROPOLÍTICA: JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO CONTRAPoder

A necropolítica — definida por Achille Mbembe (2019) como o "poder de ditar quem vive e quem morre" — opera nos cronossistemas, perpetuando genocídios. Para combatê-la:

- Núcleos de Justiça Restaurativa em municípios com altos índices de feminicídio;
- Priorizar cidades onde a taxa de assassinato de mulheres negras supera 10/100 mil habitantes (como Salvador e Recife).
- Estrutura: Cada núcleo terá psicólogos, juristas populares e lideranças de terreiro, focando em casos de violência doméstica e LGBTQIA+fobia.
- Campanhas midiáticas coordenadas por coletivos periféricos:

6.4 ARTICULAÇÃO COM AS BASES TEÓRICAS

- **Modelo bioecológico:** As propostas integram microssistemas (CAPS), exossistemas (SUS) e macrossistemas (políticas educacionais), seguindo a lógica de interdependência de Bronfenbrenner.
- **Ciclo de Secchi:** A etapa de implementação é fortalecida com protocolos intersetoriais, enquanto a avaliação inclui indicadores antirracistas (ex.: redução de internações psiquiátricas de jovens negros).
- **Biopoder:** A Justiça Restaurativa confronta a lógica necropolítica ao transferir o poder de "julgar" do Estado para a comunidade, desmontando a fabricação de "culpa individual".

7 CONCLUSÃO

A interseção entre o modelo bioecológico, o ciclo de políticas de Secchi e a crítica foucaultiana ao biopoder aponta para um caminho promissor em direção a políticas públicas antirracistas e descolonizadas. Quando a psicologia assume seu papel político, ela vai além de diagnosticar falhas: ela redefine as regras do jogo. As Diretrizes da APA (2017), ao enfatizarem a interseccionalidade como um produto de múltiplos contextos sociais, oferecem orientações valiosas para a formulação de soluções. Além disso, demandam que psicólogos confrontem seus próprios vieses categóricos, evidenciando que a justiça social só se concretiza ao desmantelar sistemas que individualizam a culpa e silenciam saberes dissidentes. Nesse cenário, o SUS se apresenta tanto como um farol de esperança quanto como um campo de disputa: sua universalidade só será plenamente alcançada quando confrontar as hierarquias raciais que ainda moldam suas melhores intenções.

REFERÊNCIAS

- Abad, A. (2017). "Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos", de Leonardo Secchi. 2(1), 11.
- Abad, A. (2022). DIRETRIZES MULTICULTURAIS DA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA: MODELO BIOECOLÓGICO DE BRONFENBRENNER. *Integración Académica en Psicología.*, 10(29).
- Abad, T. M. M., & Abad, A. (2021). *GIFTEDNESS AND TALENT: THE TRIPLE INVISIBILITY OF GIFTED BLACK WOMEN STUDENTS* [Preprint]. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2570>
- American Psychological Association, A. P. (2017). Multicultural Guidelines: An Ecological Approach Context, Identity, and Intersectionality, 2017. *Report of the APA presidential task force on immigration. Washington, DC.* Recuperado em, 11.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design.* Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *The ecology of human development: Experiments by nature and design.* Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2007). The Bioecological Model of Human Development. Em W. Damon & R. M. Lerner (Orgs.), *Handbook of Child Psychology* (p. chpsy0114). John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9780470147658.chpsy0114>
- Foucault, M. (1987). *Vigiar E Punir: Nascimento Da Prisão.* Editora Vozes.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (1a reimpressão). Zahar Editora Schwarcz.
- hooks, bell. (2000). *Feminist theory: From margin to center* (2nd ed). South End Press.
- IBGE. (2023). *Censo Demográfico 2022: Primeiros Resultados.* <https://censo2022.ibge.gov.br/>
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, A. (2020). *Desertos alimentares: Encontrar alimentos saudáveis pode ser tão difícil quanto descobrir um oásis no saara.*
- Mbembe, A. (2019). *Necropolitics.* Duke University Press.
- Secchi, L. (2014). *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos.* Cengage Learning.
- Souza, C. (2007). Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. Em Hochman, G; Arretche, M.; Marques, E. (org.). *Políticas públicas no Brasil.* ENAP.